

Uma vez mais a Universidade de Verão Francisco Sá Carneiro foi um sucesso absoluto. Durante uma semana na presença de 100 jovens quadro políticos com o apoio do GEPSD.

Universidade de Verão foi um sucesso



Pg. 09



NACIONALISMOS

Parece que o American First de Trump **está a fazer escola**.

Em diversos países europeus **crescem os partidos e movimentos** que exaltam os **egoísmos nacionais** e escarnecem do projecto europeu.

E quando não se chega ao extremo da **propaganda nacionalista**, há frequentemente formas discretas de distorcer as regras e favorecer interesses locais mesmo que isso implique **menos qualidade e mais despesa**.

Por isso **reforçamos a estratégia para os contratos públicos** (como referimos na pág.7).

Fomentar a concorrência transfronteiras, promovendo **aquisições mais transparentes** e não discriminatórias assegura **preços mais justos** e mais respeito pelo contribuinte, mas também contribui para **combater a corrupção** que enfraquece a democracia e alimenta a desconfiança dos eleitores.

E não é coisa pouca. Trata-se de **mais de 2 biliões de euros por ano**. Cerca de 250.000 autoridades públicas em toda a UE aprovam contratos que ascendem a 14% do PIB da União.

Também aqui, **mais Europa é servir melhor os cidadãos e a causa pública**.

Aprovado relatório de José Manuel Fernandes

Apoio ao jovens desempregados

Pg. 16

Aprovado relatório de Carlos Coelho

Nova estratégia para contratos públicos

Pg. 07

Cláudia Monteiro de Aguiar acusa Governo
Faltar a verdade sobre os fundos para incêndios

Pg. 05



Fernando Ruas apela a maior intervenção europeia na Venezuela

Fernando Ruas interveio em plenário e endereçou uma pergunta escrita à Comissão Europeia, chamando a atenção para o agravar da situação política, social e económica na Venezuela e para o êxodo massivo dos seus habitantes, apelando a uma maior intervenção da União Europeia.


Fernando Ruas lembrou que *“de acordo com o recente relatório do ACNUR, em 2017, a Venezuela ocupou o quarto lugar na lista de pedidos de asilo do mundo, sendo apenas superada pelo Iraque, o Afeganistão e a Síria, ou seja, países que têm sido palco de guerras, sofrido intervenções militares e onde atuam violentos grupos extremistas”*, acrescentando que

“a situação persiste e tem-se vindo a agravar colocando em causa o equilíbrio regional nesta zona e o próprio futuro da nação venezuelana.”

O Eurodeputado salientou ainda que a *“população está desesperada e começa a dar sinais de forte desânimo.”*

Nas palavras do Deputado português, apesar do Parlamento Europeu, a Comissão, o Conselho e a ONU estarem a acompanhar de perto a situação, *“as sanções e o envio de apoio humanitário, logístico e financeiro para a Venezuela e países vizinhos são importantes, mas necessitam de reforço”*, pelo que se impõe saber *“se a Comissão prevê medidas suplemen-*

tares para socorrer a estas populações e se sim, quais em concreto? ”.

Enviando uma palavra de solidariedade para *“a forte comunidade emigrante expatriada de cidadãos europeus que vivem e trabalham na Venezuela, entre as quais, a significativa comunidade portuguesa”*, Fernando Ruas louvou também a acção dos *“governos e da administração dos países recetores de migrantes, nomeadamente do Brasil e da Colômbia, pelos seus notórios esforços em ajudar as largas centenas de pessoas que todos os dias chegam às suas fronteiras e que justificam os apoios pecuniários da União Europeia a esses países vizinhos.”* 

Sofia Ribeiro defende proteção dos recursos hídricos no uso de pesticidas

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** alertou para a necessidade de existirem medidas que protejam os recursos hídricos no uso de pesticidas. A social-democrata, relatora do parecer da Comissão da Agricultura sobre o uso sustentável de pesticidas, interveio na reunião desta Comissão parlamentar.

Sofia Ribeiro explicou que muitos países da UE alteraram as metas iniciais de redução de utilização de pesticidas para metas de redução de riscos da sua utilização, *“o que mostra o pouco investimento em alternativas eficazes”*. Defendendo a proteção ambiental e da saúde, Sofia Ribeiro lamentou que em muitos Estados-Membros *“não se faça uma verdadeira aposta na proteção integrada, desenvolvendo uma Agricultura mais sustentável e com menores custos para os Agricultores”*.


Na sua intervenção, Sofia Ribeiro reconheceu que *“os pesticidas são ferramentas importantes para o sector agrícola, nomeadamente ao nível da redução de perdas nas produções causadas*



por pragas, estabilizando o rendimento dos agricultores que conseguem assim disponibilizar os seus produtos de uma forma segura e a preços acessíveis”. A este propósito, Sofia Ribeiro recordou os números revelados no último relatório do EFSA (European Food Safety Authority) relacionado com os resíduos dos pesticidas nos alimentos, que demonstram que 97,2% das amostras em toda a Europa estavam dentro dos limites legais da legislação comunitária, *“o que mostra que temos um sistema muito exigente e seguro, e que os consumidores podem confiar nos Agricultores europeus. As águas europeias estão a ficar cada*

vez mais limpas da presença de pesticidas, mas não podemos deixar de exigir o reforço do investimento em práticas que evitem que os resíduos alcancem as águas de superfície e as de profundidade”, frisou.

Defendendo medidas de contenção, a Eurodeputada manifestou a necessidade de se apostar na agricultura digital e de precisão, para evitar a dispersão de pesticidas por áreas em que não sejam necessários. *“É necessário apostar na investigação em substâncias de baixo risco, em equipamentos de aplicação ou aspersão que sejam mais eficazes e que evitem o contacto direto com o aplicador, bem como importa aumentar o número de substâncias autorizadas, de modo a reduzir a aplicação de pesticidas de largo espectro”*.

Ao finalizar, a Eurodeputada afirmou ser necessário ainda aumentar as campanhas de formação, informação e sensibilização, *“quer na aplicação dos pesticidas, quer dos seus impactos na saúde humana”*, garantindo a harmonização europeia dos programas e certificados. 


Carlos Coelho celebra Dia Internacional da Juventude

O **Dia Internacional da Juventude** é celebrado desde 2000, depois de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Em 2018, a Organização das Nações Unidas escolheu o tema *“Espaços Seguros para a Juventude”*, como forma de sensibilizar os Estados e as sociedades para a necessidade de promover a integração e a afirmação dos mais jovens através de espaços de oportunidades para a sua educação, formação, trabalho e participação cívica. **Carlos Coelho** assinalou esta data, sublinhando o valor da juventude europeia e portuguesa.

O Deputado social-democrata declarou que *“em 2018 é especialmente importante*


celebrar este Dia Internacional da Juventude. No plano europeu há um conjunto enorme de desafios e de oportunidades para os jovens, como nunca houve. Se, por um lado, temos o Brexit e assistimos à mobilização de centenas de milhares de jovens britânicos contra esta decisão, temos também outros desafios. Desde logo, nas negociações para o próximo Quadro Financeiro Plurianual, a defesa de programas essenciais para os mais jovens como o Erasmus+, o Horizonte 2020 ou todas as iniciativas de apoio ao primeiro emprego ou ao empreendedorismo. Em Portugal, num ano em que Cascais é Capital Europeia da Juventude, temos o grande desafio da edu-

cação e da empregabilidade dos mais jovens. No nosso país, apenas 30% da população tem até 29 anos e há um segmento que nos deve preocupar em especial: os jovens que não estudam, não trabalham e não frequentam qualquer tipo de formação, que representam uma percentagem demasiado alta”.

Carlos Coelho recordou ainda que *“os jovens entre os 15 e os 24 anos representam quase 20% da população mundial, mas mais de 80% vive em países em desenvolvimento. As nossas políticas de cooperação para o desenvolvimento, comerciais e de parceria ou vizinhança não podem ignorar esta realidade”*. 

Paulo Rangel ataca proposta da Comissão sobre os fundos de coesão e as perspectivas financeiras



No debate sobre o Estado da União Paulo Rangel criticou fortemente a proposta da Comissão Europeia sobre os fundos de coesão e as perspectivas financeiras. *“Em linguagem simples, tira aos estados mais pobres para dar aos mais ricos. O Governo português tem sido conformista e acha esta proposta razoável. Não é de admirar, quando acabámos de ver que utiliza metade do Fundo de Solidariedade para despesas burocráticas, desviando o dinheiro destinado à reposição da destruição causada pelos incêndios trágicos de 2017. Não podemos aceitar esta política de coesão e temos de denunciar este desvio de fundos imoral.”* sublinhou o Deputado. 


Carlos Coelho alerta para a urgência de acordo para assegurar voto democrático no Brexit

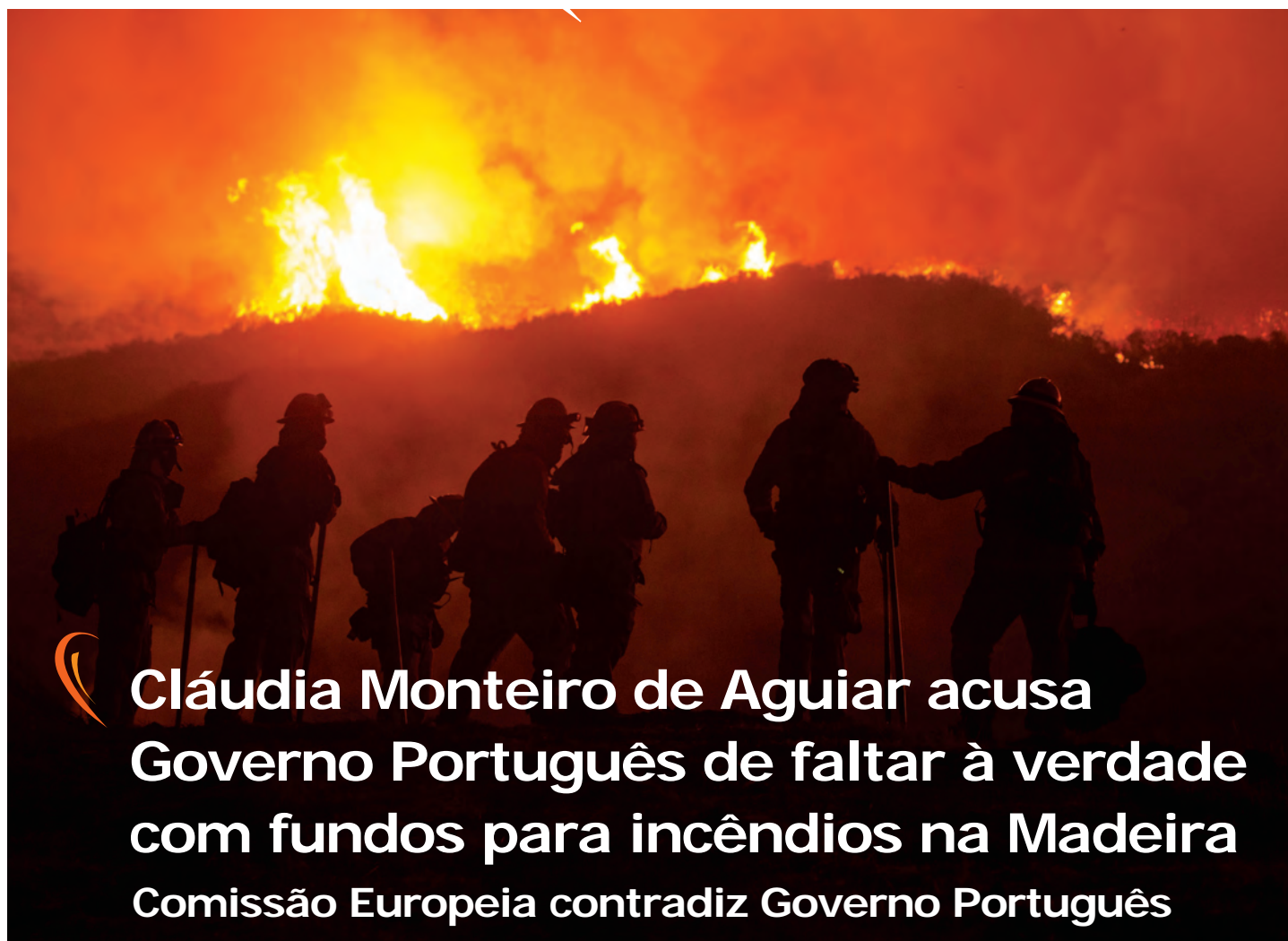
As negociações para a **saída do Reino Unido da União Europeia** vão continuar, depois de notícias sobre a eventual concretização de um acordo final, que foram desmentidas pelo negociador-chefe da UE. **Michel Barnier** afirmou que informará os Chefes de Estado e de governo da UE no Conselho Europeu de 17 e 18 de Outubro e que várias questões (como a exigência de não existência de uma fronteira física entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda) **continuam em aberto**, exigindo mais semanas de negociações.

Carlos Coelho reagiu a estas declarações destacando que *“num assunto tão importante e delicado como o Brexit, que será o momento mais importante das últimas décadas de integração europeia, esperava uma maior responsabilidade na gestão das declarações, das expectativas e do calendário. A União reúne o Conselho Europeu em Outubro de 2018, a escassos cinco meses da data limite*

para o Brexit e os líderes europeus não estão em condições de tomar uma decisão. Este clima de indecisão, que alimenta rumores como aqueles que circularam recentemente sobre um «acordo iminente» ou afirmações como as de Donald Tusk, prevenindo para a possibilidade de não acordo, não ajudam à conclusão das negociações, que já devia ter acontecido. Qualquer acordo sobre a saída e futuras relações tem de ser apreciado e votado pelo Parlamento Europeu. Uma decisão desta envergadura exige o respaldo democrático que apenas o Parlamento pode dar. E estamos a ficar sem tempo para que o necessário debate político aconteça. Não aceitaremos, no Parlamento, que as decisões fiquem reservadas às elites ou a gabinetes fechados. Os cidadãos têm o direito de serem informados e, sobretudo, a ter uma voz, através dos seus Deputados, sobre o que vai acontecer a partir daqui”.

O social-democrata acrescentou que “não

se trata de uma questão apenas de calendário. Insistentemente temos ouvido falar sobre a questão das «Irlandas» como uma importante entre várias. Seria útil saber quais são as outras questões que estão a impedir um acordo. Neste tipo de negociações não existem questões de pormenor ou «demasiado técnicas» para estarem fora do debate político. Precisamos de garantias, claras nas declarações mas ainda mais claras no papel, sobre a garantia dos direitos dos cidadãos europeus que estão no Reino Unido, por exemplo”. O Deputado ao Parlamento Europeu concluiu, declarando que **“a saída abrupta do Reino Unido significaria uma quebra significativa no mercado interno e o caos económico no Reino Unido, onde milhões de cidadãos europeus vivem, estudam e trabalham. Não temos de chegar a um acordo a todo o custo, mas precisamos de um reforço político desta exigência. Se a Comissão não o fizer e o Conselho o ignorar, este Parlamento não pode deixar de o protagonizar”.** 



Cláudia Monteiro de Aguiar acusa Governo Português de faltar à verdade com fundos para incêndios na Madeira

Comissão Europeia contradiz Governo Português

Numa missiva enviada à Comissão Europeia pela Deputada do PSD **Cláudia Monteiro de Aguiar**, depois do não cumprimento do anunciado reforço pelo Governo Português de 30.5 milhões € do Fundo de Coesão, a resposta dada pela Comissária Corina Crețu aponta contradições nas justificações do Governo de António Costa:

“Os Estados-Membros podem apresentar um pedido no sentido de alterar os seus programas. Tal inclui a possibilidade de transferir dotações financeiras entre os diferentes eixos.”


Para Cláudia Monteiro de Aguiar *“exige-se ao Governo Português uma resposta clara e concreta relativamente ao compromisso assumido a 8 de novembro de 2016 de apoio à Madeira. Os Madeirenses querem saber a verdade. Primeiro, anuncia o Governo de Costa, que a União não permite a reafectação de fundos entre eixos no POSEUR, ora a resposta da Comissão que acabo de receber aponta para precisamente o inverso. O Governo da República afirma que reafectou 5 milhões do eixo 1 para o 2, mas só a 19 de julho de 2018 é que volta a pedir uma reafectação de fundos*

dentro do POSEUR à Comissão, sem esclarecer para onde irá o aumento da dotação global do POSEUR do eixo II de 25 milhões de EUR”. Importa também recordar que o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, afirmou na Assembleia da República a 4 de julho que a verba disponibilizada não foi utilizada pelo Governo Regional, por baixa execução orçamental. São incongruências atrás de incongruências que só se justificam, lamentavelmente, pela agenda eleitoralista do Governo de Costa.”

Segundo notícias veiculadas, o Ministério do Ambiente justifica as razões do não cumprimento com o compromisso assumido de transferir 30.5 milhões € à Madeira com *“As regras comunitárias, acrescenta o ministério, não permitem a transferência de verbas entre os vários eixos que compõem o POSEUR (Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos)”*. Simultaneamente, o Ministério afirmou também que *“já foi feita uma reprogramação do POSEUR, permitindo transferir cinco milhões de euros do Eixo 1 para o Eixo 2, tendo em conta as necessidades da região autónoma no domínio*

da prevenção de riscos de incêndio, inundação e derrocada. Assim sendo, a Madeira passa a ter disponível no Eixo 2 para novos projetos o montante total de 17 Milhões de euros de Fundo de Coesão”, segundo o próprio Ministério do Ambiente.

Cláudia Monteiro de Aguiar espera agora *“explicações claras e verdadeiras do Governo Português relativamente ao destino dado aos 25 milhões de EUR e se vai ou não cumprir não apenas com promessas, mas com ação concreta de apoio legítimo à Madeira”*.

Cláudia Monteiro de Aguiar, levantou a questão também em plenário do Parlamento Europeu no debate sobre o novo Mecanismo de Proteção Civil da União, onde afirmou que *“cooperação e solidariedade têm de começar, também, dentro do próprio território e, por isso, é de lamentar que o Governo Socialista Português se tenha comprometido, em Novembro de 2016, a reforçar em 30 milhões de euros o Fundo de Coesão para a recuperação da Madeira, após os incêndios de Agosto, e que até hoje esse reforço, esse apoio, essa solidariedade, não foi ainda vertido e não passou de palavras vãs.”* 

Fernando Ruas defende junto da Comissão Europeia o reforço dos Apoios para as Regiões mais Deprimidas da União Europeia

No âmbito da proposta da Comissão de Desenvolvimento Regional para a criação de uma *"Agenda da União Europeia (UE) para as zonas rurais, montanhosas e isoladas"*, à semelhança da que já existe para as Zonas Urbanas, **Fernando Ruas** interveio em sede de Plenário, no âmbito de um debate sobre esta matéria, com a presença da Comissão, lembrando à Comissária do Desenvolvimento Regional a importância da existência de estratégias e políticas específicas para o desenvolvimento destes territórios.

Sublinhando a oportunidade desta discussão *"exactamente na mesma altura em que discutimos o enquadramento legislativo do próximo Quadro Financeiro Plurianual e dos seus instrumentos políticos"*, Fernando Ruas pediu acção imediata sobre estes territórios que, apesar de ocuparem 80% do território da UE, contêm apenas 57% da sua população que vive com cerca de 70% do PIB per capita médio da União.

Nas palavras do Eurodeputado, *"o diagnóstico está feito em todas as suas vertentes*


e é por nós bem conhecido, pelo que agora é preciso agir!".

Fernando Ruas frisou depois a importância de envolver todos os níveis de governação neste importante objectivo- desde as Instituições europeias às Autarquias Locais ou mesmo os *"nossos parceiros internacionais- como ainda aconteceu recentemente, usando a assistência técnica do Banco Mundial em projectos piloto destinados a ajudar as Regiões Menos Desenvolvidas da União Europeia"*, no âmbito da *"Iniciativa para as Regiões mais Deprimidas" (The lagging regions Initiative)*.

Na sua intervenção, teve ainda a oportunidade de recordar que *"no caminho para a convergência intra e extra Regional, dentro e fora de fronteiras, quer a Agenda Urbana, quer o apoio a estes Territórios, deverão ser as duas faces duma mesma moeda"*, explicando que isto significa que *"os objectivos de desenvolvimento territorial, apoiados em Estratégias de Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo para as nossas Cidades- e em especial para as*


de média dimensão, para as nossas Regiões, Sub-Regiões e Municípios deverão ter em atenção as especificidades da realidade urbana mais central, da malha urbana envolvente e dos territórios mais remotos, mais rurais e mais afastados destes mesmos centros.

Ao terminar, o Parlamentar fez por fim alusão ao facto de ser ainda possível explorar um outro caminho, ou seja *"também poderemos partir das zonas mais remotas, mais rurais ou de montanha, com baixa densidade urbana ou demográfica, de modo a articular ou desenhar políticas específicas para o desenvolvimento destes territórios, envolvendo os centros urbanos mais afastados, mas com serviços ou infraestruturas que serão inevitavelmente necessários para implementar Estratégias funcionais e com sucesso"*.

Concluiu, sugerindo que a *"Iniciativa para as Regiões mais Deprimidas"*, agora também chamada *"The catching up Regions initiative"*, poderá ser uma importante alavanca para esta Agenda. 

Paulo Rangel orador em seminário internacional sobre Lucas Pires

No passado dia 4 de Outubro **Paulo Rangel** participou no seminário internacional sobre o pensamento e o legado de Lucas Pires. *"O mais relevante*

dos Deputados portugueses e o académico brilhante. Uma homenagem justa, uma reflexão mais necessária do que nunca." sublinhou Paulo Rangel. 



Estratégia europeia para os Contratos Públicos aprovada pelo Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu aprovou, por larga maioria o **Relatório da autoria do português Carlos Coelho** sobre o **Pacote de estratégia para a contratação pública europeia**, com 534 votos a favor, 54 contra e 15 abstenções.

Mais de 250 mil autoridades públicas usam cerca de **14% do PIB** da UE na aquisição de serviços, obras e fornecimentos, estimando-se que o valor ascenda a mais de **dois biliões de euros** por ano.

O relatório do eurodeputado Carlos Coelho faz um balanço do que está a correr bem e mal na aplicação das regras europeias sobre contratação pública, aprovadas em 2014, e define um **quadro político estratégico e global para melhorar a contratação pública**, que promova o crescimento, o emprego e a inovação.

O social-democrata, Membro da Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores, congratulou-se com a **larga maioria obtida de todos os quadrantes políticos** para o seu relatório tendo afirmado que este voto vai permitir melhorar o actual quadro dos contratos públicos à escala europeia e fortalecer o Mercado Interno.

"Não obstante o quadro jurídico modernizado em 2014, vários obstáculos e desafios ainda se colocam quando falamos de contratos públicos. Vários peritos nacionais com quem reuni continuam a apontar a falta de transparência nos processos, a corrupção, o difícil acesso das PME à maioria dos concursos, a utilização apenas do critério do preço mais baixo na escolha dos projectos, entre outros problemas.

*Este Relatório estabelece a abordagem correcta para **contratos públicos eficientes, eficazes e competitivos** e responde aos desafios que hoje se colocam ao sector dando um contributo estratégico para atingir objetivos como a **inovação, a inclusão social e a sustentabilidade económica e ambiental.***

Não precisamos de mais leis mas de uma boa implementação das leis que temos. Por isso aprovámos um conjunto de recomendações



O relatório de Carlos Coelho faz um balanço do que está a correr bem e mal na aplicação das regras europeias sobre contratação pública, aprovadas em 2014, e define um quadro político estratégico e global para melhorar a contratação pública.


aos Estados-Membros e Comissão Europeia para colocar em prática o mais rápido possível".

Entre as medidas aprovadas Carlos Coelho propõe que:

- sempre que possível e se justifique se adoptem **critérios de qualidade e cálculo dos custos do ciclo de vida** em substituição do critério do preço mais baixo;
- se apoie a **participação das Pequenas e Médias Empresas nos concursos públicos** através, por exemplo, do **estímulo à divisão em lotes**;
- se introduzam **instrumentos de transparência**, tais como **registos de contratos**;
- se **invista e acelere a digitalização em todas as fases do processo de contratação pública** e se **promova a Inovação**;
- se desenvolvam **estratégias nacionais de contratação pública**, análise sistemática dos dados e planos de **profissionalização**

para os agentes que lidam com contratos públicos;

- se **combata a concorrência desleal** nos procedimentos de contratação pública transfronteiriços e que se **melhore o acesso aos mercados de contratos públicos em países terceiros**;
- se apliquem **elevados padrões de Ética e Deontologia** em todas as fases do processo.

A Comissão Europeia terá, de igual modo, um papel de relevo para atingir estes objectivos estratégicos delineados pelo Parlamento Europeu devendo, por exemplo, prestar assistência aos Estados-Membros no desenvolvimento de metodologias relativas ao cálculo dos custos do ciclo de vida, identificar as possibilidades de os fundos europeus apoiarem ações respeitantes à profissionalização, garantir a introdução atempada dos formulários eletrónicos e adotar orientações em matéria de inovação e responsabilidade social. 

Sofia Ribeiro preocupada com o impacto do Brexit, em visita à Irlanda


A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** mostrou-se *“preocupada com o impacto do Brexit na Agricultura, em especial nos setores da carne e do leite”*. A Social-democrata falava após a visita da Comissão parlamentar da Agricultura e Desenvolvimento Rural à Irlanda.

“Vejo com alguma apreensão as inevitáveis consequências do Brexit no setor agrícola, afetando toda a União Europeia e muito particularmente a Irlanda, que mantém relações de comércio e transformação de produtos privilegiadas com o Reino Unido”, realçou.

Para o setor do leite e para o setor da carne, Sofia Ribeiro explicou que são esperadas descidas muito significativas, *“quer ao nível da produção, com valores entre os 10% e os 21%, quer ao nível das exportações, com uma descida que pode chegar aos 40%”*. A Eurodeputada teme que, à semelhança do que sucedeu, aquando do embargo Russo, com os países do Báltico, que haja um processo de contágio que venha criar um excedente na União e baixar os preços pagos aos produtores agrícolas.

A Eurodeputada referiu que, *“à semelhança de Portugal, a Irlanda é uma país tradicionalmente virado para o setor agrícola”*, onde 72% da população vive em zonas rurais e em que a idade média do agricultor é de 56 anos. *“É extremamente preocupante verificar que, com o Brexit, o PIB irlandês pode passar de 7,8% em 2017 para 3,2% em 2022, estimando-se ainda perder, até 2030, um quinto dos empregos no setor, podendo levar a uma maior pressão sobre os restantes países europeus e, como podemos imaginar, sobre os Açores”*, lamentou.

“É de lamentar”, manifestou a social-democrata, *“que são os Agricultores dos países da União Europeia, que vão pagar pela saída do Reino Unido, depois de já terem sido castigados com os problemas das quotas leiteiras, com o embargo russo e com as crises de mercado.”*

A visita de três dias à Irlanda incluiu reuniões com representantes e produtores locais, visitas a explorações agrícolas e à National Ploughing Championships, a maior feira de agricultura da Irlanda, que atrai mais de 1500 expositores e acolhe mais de 280 mil visitantes. Sofia Ribeiro, a única Eurodeputada portuguesa da delegação, foi acompanhada por Deputados da Irlanda, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Polónia e Roménia. 



A Eurodeputada realçou: “Vejo com alguma apreensão as inevitáveis consequências do Brexit no setor agrícola, afetando toda a União Europeia e muito particularmente a Irlanda, que mantém relações de comércio e transformação de produtos privilegiadas com o Reino Unido.”





Universidade de Verão 2018 foi um sucesso

A Universidade de Verão do Partido Social Democrata, Juventude Social Democrata, Instituto Francisco Sá Carneiro e Grupo do Partido Popular Europeu no Parlamento Europeu decorreu, entre 3 e 9 de Setembro, em Castelo de Vide. A décima sexta edição da **maior acção de formação política realizada em Portugal** voltou a ser dirigida por **Carlos Coelho**.

O social-democrata sublinhou que **“ao longo destes quinze anos já passaram mais de 1.500 jovens pela Universidade de Verão e orgulho-me muito de ter contribuído, de alguma forma, para a sua formação cívica e política. Muitos dos nossos «antigos alunos» são hoje Deputados, Presidentes de Câmara, Vereadores, figuras cimeiras no partido ou protagonistas destacados de movimentos da sociedade civil. Este ano não foi diferente e tivemos um conjunto de alunos de**

enorme qualidade. Demonstraram um empenho, uma determinação e um compromisso que provam que esta geração não está afastada da política, mas apenas farta das formas tradicionais de nela participar”. A este propósito acrescentou que **“a edição de 2018 recebeu convidados de primeira qualidade: académicos de excelência, Deputados ao Parlamento Europeu, deputados nacionais, autarcas modelo, empresários, sindicalistas, líderes de organizações da sociedade civil e, à distância, jornalistas, líderes de organizações internacionais e até o Presidente da República Portuguesa. Nada disto importaria se à qualidade inegável destes convidados não tivesse correspondido a qualidade das intervenções e das perguntas dos nossos alunos, que fizeram desta Universidade de Verão o sucesso que foi”**.

Sobre as suas intervenções, o Deputado ao Parlamento Europeu que dirige, também, a Uni-

versidade da Europa e a Escola Europa, afirma ter procurado **“alertar os jovens participantes da Universidade de Verão para a grande responsabilidade geracional que têm perante o país e face aos desafios de um mundo em mudança. A crise migratória, a instabilidade internacional em países como a Venezuela, os conflitos armados como a guerra sangüinária na Síria, a hipoteca de futuro que representa a dívida pública ou a necessidade de um Estado mais capaz de enfrentar situações de emergência como os incêndios florestais, por exemplo”**. Recordando a sessão de encerramento, Carlos Coelho diz estar **“muito agradecido ao Presidente do PSD, Rui Rio, pelo apoio que sempre manifestou à Universidade de Verão e por a ter escolhido para fazer um discurso tão importante, mas também muito grato à Margarida Balseiro Lopes, Presidente da JSD, pela esperança que representa para milhares de jovens portugueses e pelo empenho que coloca nesta nossa iniciativa”**. 

Cláudia Monteiro de Aguiar propõe aumento do financiamento para as RUPs no Interreg

Iniciativa apoiada por Deputados do PPE

Numa altura em que as Comissões Parlamentares, do Parlamento Europeu, discutem as propostas sectoriais para o próximo quadro financeiro plurianual 2021-2027, a Deputada do PSD **Cláudia Monteiro de Aguiar**, juntamente com o Deputado Fernando Ruas, apresentam alterações ao programa de Cooperação Territorial Europeia, mais conhecido por Interreg. Os deputados portugueses contam com o apoio da direita europeia, nomeadamente de colegas espanhóis, franceses e holandeses.

Cláudia Monteiro de Aguiar liderou esta iniciativa com o intuito de reverter a posição do deputado relator da Comissão de Desenvolvimento Regional, o belga Arimont Pascal. A Deputada Madeirense, apresentou uma proposta de aumento na componente afectada à cooperação das Regiões Ultraperiféricas. Assim sendo, dos 3,2%, propostos pela Comissão Europeia a Deputada Social Democrata propõe que seja aumentado para 5%.


Segundo Cláudia Monteiro de Aguiar *“todos sabemos a importância de fazer lóbi junto dos deputados de outras nacionalidades, faz parte da nossa função de negociadores parlamentares. Precisamos, sistematicamente dar a conhecer as características das RUP. Um deputado que não consiga inverter posições a favor das suas Regiões ou País não tem força negocial parlamentar. Apresento juntamente com o meu colega Fernando Ruas e outros 30 propostas ao regulamento Interreg. Não sendo Membro da Comissão REGI, onde estas medidas serão aprovadas, é preciso diálogo e negociação para que os colegas aprovelem as mesmas. É esse o nosso trabalho, saber negociar e alcançar objectivos. No final o resultado tem de ser a defesa destas Regiões onde se inclui obviamente a Madeira.”*



Victor Machado Bluepeach

A Deputada Madeirense, apresentou uma proposta de aumento na componente afectada à cooperação das Regiões Ultraperiféricas. Assim sendo, dos 3,2%, propostos pela Comissão Europeia a Deputada Social Democrata propõe que seja aumentado para 5%.

Para além do pedido de aumento da verba afectada às RUPs, Cláudia Monteiro de Aguiar propõe ainda que a taxa de co-financiamento para as RUPs seja a máxima permitida de 85%, em vez dos 70%, que as RUPs possam também

participar da nova componente inovação, denominada componente 5. Apresenta também alterações que permitem incluir projectos para a Macaronésia, e outras medidas para a simplificação da aplicação deste programa nas RUPs. 

Carlos Coelho acusa governo húngaro e aprova relatório que propõe activar cláusula de suspensão

O Parlamento Europeu aprovou **pela primeira vez na sua História**, um relatório que pode levar à suspensão do direito de voto da Hungria (no Conselho). O relatório Sargentini recomenda ao Conselho que, verificada a existência de um **risco manifesto de violação grave, pela Hungria**, dos valores em que a União assenta, proponha medidas adequadas para restabelecer a democracia inclusiva, o Estado de Direito e o respeito dos direitos fundamentais na Hungria.

Carlos Coelho, que votou a favor deste relatório, refere que *"votei a favor do Relatório Sargentini mas não fiz coro com as manifestações de regozijo. Não estamos perante uma vitória, mas face à evidência de um falhanço. O falhanço do governo húngaro em permanecer fiel aos direitos fundamentais e ao Estado de Direito. Numa União assente nos direitos fundamentais e no Estado de Direito, expressamos hoje, com este voto, uma posição de força sobre aquilo que acreditamos estar a acontecer: um governo de um Estado-Membro, o governo húngaro, está a desrespeitar os direitos fundamentais dos seus cidadãos"*. O social-democrata acrescentou que




"Assistimos, há demasiado tempo, a restrições à liberdade de imprensa (com o encerramento de jornais), à liberdade académica (com o encerramento de universidades), à liberdade de expressão e associação (com a proibição de organizações não governamentais) e à liberdade religiosa. A separação de poderes está ameaçada com a substituição de juizes, de forma pouco transparente. Por demasiadas vezes chegam-nos relatos de casos de corrupção no seio do Estado húngaro. E no assunto mais actual, a gestão das migrações, o

regime fica desmascarado: a Hungria recusa-se a cumprir os seus deveres, não só como Estado-Membro da União, mas como Estado que está vinculado a obrigações humanitárias, por força do Direito Internacional. São demasiadas situações, demasiado graves e durante demasiado tempo para serem ignoradas, pelo que a aprovação deste relatório chega em boa hora".

O social-democrata recordou que *"infelizmente, a situação na Hungria não é caso único. Basta recordar aquilo que se passa em Malta, na Roménia, na Eslováquia ou na Polónia para perceber que temos um problema no seio da União que merece ser abordado de uma vez por todas. Sei que será difícil conseguir chegar às últimas consequências deste procedimento, pela exigência de unanimidade no Conselho - e países em circunstâncias similares tenderão a bloquear qualquer decisão, por motivos evidentes -, mas não devemos ceder e temos o dever, não só imposto pelos Tratados mas pela nossa própria identidade europeia, de defender os direitos fundamentais dos cidadãos húngaros, que são cidadãos europeus, mesmo que isso signifique estar contra o seu governo"*. 

Paulo Rangel participa em iniciativa da Distrital de Viseu do PSD e a Fundação Konrad Adenauer

No passado dia 29 de Setembro **Paulo Rangel** esteve em Viseu, ao lado de Fernando Ruas, numa iniciativa da Distrital do PSD e da Fundação Konrad Adenauer, sobre a Europa, os novos desafios, a coesão e o orçamento. Foi um momento alto de debate e de discussão em que, mais uma vez, o Partido Social Democrata mostrou que está na vanguarda da

nova geração de políticas europeias. Para lá dos convidados internacionais destaque para a participação do Presidente da Câmara de Viseu, Almeida Henriques, Pedro Alves, Inês Domingos e António Leitão Amaro - três dos mais destacados políticos da nova geração do PSD. Viseu a marcar pontos no debate europeu e no debate nacional. 



José Manuel Fernandes nomeado relator do InvestEU, o “*novo Plano Juncker*”

O Eurodeputado do PSD **José Manuel Fernandes** foi nomeado, pela Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu, relator para o InvestEU, programa que pretende mobilizar 650 mil milhões de euros de investimentos públicos e privados no período 2021 a 2027.

O InvestEU dá continuidade ao Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos - conhecido como “*Plano Juncker*” - e substitui todos os instrumentos financeiros da UE.

José Manuel Fernandes, coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos e negociador do Parlamento Europeu para o novo quadro financeiro plurianual 2021/2027, aponta o InvestEU “*como uma oportunidade que não podemos desperdiçar*”. Portugal, para além de se poder candidatar aos 650 mil milhões de euros, poderá ainda garantir diretamente mais de 50 mil milhões de euros”, avança o Eurodeputado social-democrata.

Para isso, de acordo com José Manuel Fernandes, Portugal deverá aproveitar a oportunidade de poder colocar no fundo de garantia do InvestEU até 5% dos fundos da Política de Coesão, da Política Agrícola Comum e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), o que permitiria assumir uma garantia de 4.125 milhões de euros – os quais, face ao fator multiplicativo de 13,7 previsto para o InvestEU, representaria um total estimado de 56.512 milhões de euros em investimento mobilizado.

“O InvestEU será de utilização mais simples e constitui um reforço fortíssimo nos recursos financeiros da UE para a criação de emprego, apoio às empresas, promoção do empreendedorismo e da competitividade”, defende o Eurodeputado social-democrata.

O InvestEU terá quatro domínios de intervenção: Infraestruturas sustentáveis; Investigação, inovação e digitalização; PME e pequenas empresas de média capitalização; Investimento social e competências.

Entre os critérios de elegibilidade dos pro-



jetos encontram-se a necessidade de serem economicamente viáveis e de colmatarem deficiências de mercado, não se conseguirem financiar nos mercados sem o apoio da UE e ajudarem a cumprir os objetivos estratégicos da UE, garantindo sempre um equilíbrio geográfico.

O InvestEU estará suportado num sistema de garantia do orçamento da UE, com 38 mil milhões de euros, aos quais se juntam os recursos em cada operação dos parceiros financeiros de cerca de 9,5 mil milhões de euros. O efeito multiplicador previsto pela Comissão para este programa, pelo tipo de projeto que deve englobar, é de 13,7 (menos do que os 15 previstos para o Plano Juncker). Desta forma, os 47,5 mil milhões de euros multiplicados pelos 13,7 darão origem aos 650 mil milhões de euros em investimento mobilizado estimado.

Com um modelo baseado no sucesso do Plano Juncker, o facto do InvestEU englobar todos os instrumentos financeiros da UE tem várias vantagens como a simplificação de pro-

cessos, as economias de escala, a governação mais integrada e, consequentemente, maior impacto. Este programa pretende também facilitar e simplificar a utilização conjunta com outros programas da UE.

Para além do fundo InvestEU, este programa inclui também a plataforma de aconselhamento InvestEU e o portal InvestEU. A plataforma de aconselhamento InvestEU, que tem por base o Advisory Hub previsto no Plano Juncker, pretende prestar apoio técnico e assistência na estruturação, preparação e implementação dos projetos. Por sua vez, o portal InvestEU pretende reunir os promotores dos projetos e os investidores, facilitando o contacto e oferecendo uma base de dados de fácil acesso e fácil utilização.

O relator José Manuel Fernandes pretende que a aprovação instrumento financeiro se concretize ainda nesta legislatura, no que será um processo de codecisão entre o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e os Estados-Membros. 


Carlos Coelho exige respeito pelo Estado de Direito na Roménia

O Parlamento Europeu debateu em sessão Plenária em Estrasburgo, o **Estado de Direito na Roménia**, face às propostas de reforma judicial do governo romeno. **Carlos Coelho**, que pertence à Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu, reagiu às intervenções do Conselho, da Comissão e da Primeira-Ministra romena.

"Hoje é claro que temos um problema grave de respeito pelo Estado de Direito na Roménia. A corrupção generalizada tem minado a democracia romena, a credibilidade das suas instituições e a confiança dos cidadãos nos seus representantes. Faz sentido reforçar um combate sem tréguas à corrupção, mas a reforma judicial proposta pelo governo fantoche de Viorica D?ncil? vai no sentido exactamente oposto. Falta sentido, crédito e coerência a esta reforma. Falta sentido porque quando há políticos condenados por corrupção ao mais alto nível, os cidadãos exigem determinação no combate a esta prática, mas o governo romeno propõe descrimina-

lizar actos de corrupção, desagrarar penas e dificultar a denúncia e investigação. Falta crédito porque já todos percebemos que este governo serve os interesses particulares de Liviu Dragnea que, impedido de ser Primeiro-Ministro por já ter sido condenado por crimes de corrupção, governa de facto o país a partir do Partido que lidera e da câmara baixa do parlamento romeno. E falta coerência porque o governo socialista justifica as propostas de reduzir a independência dos juizes e procuradores com abusos de poder, ao mesmo tempo em que ordena cargas policiais e abusos dos serviços secretos junto dos cidadãos". A estas declarações, o deputado social-democrata acrescentou que "o exemplo mais flagrante do despudor nesta senda de branqueamento dos políticos corruptos que estão a actuar nas sombras foi a **demissão da Procuradora Especial Anti-Corrupção**, quando o trabalho da estrutura a que presidia era a única garantia de independência na investigação de crimes".

Carlos Coelho acrescentou que "ao pro-

blema flagrante que temos com o respeito pelo Estado de Direito na Roménia podemos acrescentar um problema com o respeito pelos direitos fundamentais. Em Agosto, dezenas de cidadãos foram feridos - muitos deles gravemente - pela polícia, quando se manifestavam de forma legal, legítima e ordeira. Não podemos admitir que os **bastões da polícia sejam a arma com que o governo de Bucarest reprime a liberdade de expressão e manifestação dos cidadãos cujos direitos devia defender**. «Justiça, não corrupção» foi o lema destas manifestações e bem podia ser o mote de qualquer decisão que, mais tarde ou mais cedo, teremos de tomar na Europa, se este estado de coisas não mudar. **Lamento que o Governo português ainda não tenha tido uma palavra a dizer sobre esta matéria**. A situação da Roménia é distinta da Hungria, da Polónia, de Malta ou da Eslováquia, mas é mais um Estado-Membro da União em que o Estado de Direito se vê ameaçado e isso basta para que todos nós ganhemos o direito de intervir, mas sobretudo a **obrigação de agir**". 

Sofia Ribeiro considera que cortes na Agricultura contrariam convergência europeia

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** afirmou a necessidade de aumentar o orçamento do POSEI, na reunião da Comissão Parlamentar da Agricultura e Desenvolvimento Rural, numa altura em que se debatia a posição do Parlamento Europeu sobre o orçamento para a Agricultura.

No início da intervenção, Sofia Ribeiro lembrou a sua posição "**contra os cortes no próximo orçamento**" para o setor agrícola. "**No mínimo, o orçamento para a Agricultura deve manter o orçamento atual em termos reais**", realçou a Eurodeputada.


A Social-democrata acrescentou que "**os constrangimentos orçamentais com que nos estamos a deparar, face ao Brexit e face também às necessidades da defesa, têm de implicar um aumento das participações dos Estados-membros e não podem, de maneira nenhuma,**



acarretar um corte na Agricultura prejudicando os nossos agricultores". Tem de haver um primeiro nível de responsabilização por parte dos Estados-Membros", frisou.

A Eurodeputada classificou ainda de "**dramática**" a proposta da Comissão Europeia ao apresentar cortes no segundo pilar da Política Agrícola Comum. "**A Comissão não pode contar com a capacidade de os Estados-Membros compensarem esta diminuição do financiamento porque isso vai aumentar as assimetrias entre**

os Estados-Membros", sendo que muitos deles e, os seus Governos Regionais nos casos aplicáveis, "**não têm a capacidade de acompanhar essa diminuição**". Segundo a Eurodeputada, esta medida aumenta as assimetrias na Europa, "**o que contraria a ideia de convergência europeia que queremos construir**".

Sofia Ribeiro terminou a sua intervenção lembrando que o Comissário da Agricultura Phil Hogan garantiu, na sua visita aos Açores, que não existirão cortes no POSEI. Para a Deputada ao Parlamento Europeu, a defesa deste programa deve estar plasmada no relatório sobre o orçamento do próximo Quadro Financeiro Plurianual. "**À semelhança do que acontece no bolo total do orçamento para a Agricultura, no POSEI nós precisamos de ter um aumento, para compensar os problemas que vamos ter com o aumento da inflação**". 

Comissão das Pescas aprova novo parecer de Cláudia Monteiro

Regões Ultraperiféricas com período alargado para adaptação dos portos para a recolha de resíduos e lixo marinho.

A Comissão Parlamentar das Pescas, reunida em Bruxelas, deu nota positiva ao parecer da deputada **Cláudia Monteiro de Aguiar**, relativa à proposta de Diretiva sobre “*Meios Portuários de Receção de Resíduos provenientes de Navios*”. A votação contou com o apoio do italiano Nicola Caputo, do grupo dos Socialistas, que integrou a Comitativa Parlamentar de Pescas que se deslocou à Madeira, em Maio de 2017, a convite da Eurodeputada Madeirense.

Esta Diretiva, que vem revogar a anterior do ano 2000, incide agora também sobre embarcações de pesca e de recreio, recaindo as suas obrigações de entrega e receção de resíduos sobre todos os portos e todas as embarcações da UE, de forma reduzir a poluição marítima proveniente destas embarcações e garantir um alto nível de segurança e proteção ambiental.

O Parecer aprovado vem aumentar a responsabilidade dos produtores de resíduos, face aos custos da sua recolha no mar e impõe a um melhor tratamento do lixo a bordo que facilite a sua entrega nos portos, além de criar uma derrogação para as Regiões Ultraperiféricas, de forma a acomodar um período de transição para as novas obrigações, o que reflete as situações particulares das ilhas e arquipélagos, como é o caso também das RUP Portuguesas, Madeira e Açores.

Para a Eurodeputada do PSD “*as especificidades das Ultraperiféricas foram prioritárias na abordagem definida para este parecer, pelo que esta derrogação ontem aprovada é importante para garantir que, caso estas necessitem, tenham mais tempo para adaptar-se aos desafios específicos referenciados na proposta legislativa, como é a criação ou reajuste de novos meios de receção de resíduos.*”

Também a pesca passiva e ativa de resíduos é amplamente apoiada neste relatório. Segundo Cláudia Monteiro de Aguiar, “*seguimos o prin-*




Para a Eurodeputada “as especificidades das Ultraperiféricas foram prioritárias na abordagem definida para este parecer, pelo que esta derrogação ontem aprovada é importante para garantir que, caso estas necessitem, tenham mais tempo para adaptar-se aos desafios específicos referenciados na proposta legislativa, como é a criação ou reajuste de novos meios de receção de resíduos.”

cípio do ‘poluidor-pagador’, sendo que a ideia é que nenhum custo direto, associado ao peso, seja imposto pela entrega de resíduos recolhidos pelos pescadores no mar, muitas vezes sem querer, com um regime mais vantajoso para os navios ‘verdes’, mais amigos do ambiente, um conceito que deve ser ainda mais desenvolvido.”

“Desta forma, portos e pescadores podem realizar as suas atividades sem serem prejudicados, ficando os Estados-Membros responsáveis pela organização de ajudas adicionais para a recolha de resíduos, entre elas através de regimes de ‘responsabilidade alargada do produtor’ e através de fundos europeus”, esclareceu a Deputada.

A Eurodeputada garantiu ainda que pretende continuar a encontrar melhores soluções, partilhadas e integradas para “*proteger o mar, as espécies marinhas e os europeus que dependem dos oceanos, seja pelo seu emprego, pelos recursos dos mares e oceanos ou por atividades recreativas.*”

Numa análise global ao relatório, Cláudia Monteiro de Aguiar acredita ter conseguido “*uma solução equilibrada, que garante melhorias na sustentabilidade ambiental do mar, sem que o processo seja demasiado oneroso quer para os portos quer para os pescadores e embarcações de recreio.*” 

Fernando Ruas questiona Comissão Europeia sobre manipulações das emissões no sector automóvel

Um estudo realizado pela Federação Europeia de Transporte e Ambiente (T&E) revelou, no final do mês de agosto, que a indústria automóvel terá enganado automobilistas europeus, desde 2000, em 149,6 mil milhões de euros, naquilo que é a diferença entre o desempenho de combustível no teste e em estrada.

Tendo em conta essa circunstância, o Eurodeputado **Fernando Ruas** resolveu questionar a Comissão Europeia sobre esta diferença, que passou de 9% em 2000 para 42% em 2016, decorrente não só da manipulação de testes de laboratório, mas também devido às novas tecnologias incorporadas, que produzem economias de combustível maiores em laboratório que em estrada.


Tal como referiu na sua interpelação, *“esta situação acarretou não só prejuízos avultados aos consumidores, como implicou igualmente*



custos ambientais significativos - já que desde 2000 foram emitidas mais de 264 milhões de toneladas de CO2 que poderiam ter sido evitadas, assim como um adicional de combustível utilizado no valor de 150 mil milhões de euros”.

Por essa razão, Fernando Ruas considerou essencial que a Comissão Europeia esclareça os consumidores europeus sobre que *“medidas*

pensa levar a cabo para promover, por um lado, a transparência e a credibilização dos dados das emissões no sector automóvel e que acções pensa adoptar para prevenir e sancionar comportamentos abusivos por parte da indústria automóvel”.


A bem dos princípios da defesa do consumidor e dos objectivos ambientais europeus rumo a uma neutralidade hipocarbónica. 

Carlos Coelho alerta para o impasse nas negociações para o Brexit

O negociador da União Europeia para o Brexit, **Michel Barnier**, e o Secretário britânico para o Brexit, **Dominic Raab**, reuniram-se em Bruxelas para relançar as negociações para a saída do Reino Unido da União Europeia. **Carlos Coelho** reagiu às conclusões desse encontro, alertando para a necessidade de **avançar nas negociações** para evitar uma **saída sem acordo**.

O Deputado ao Parlamento Europeu salientou que **“estamos a pouco mais de sete meses da data estabelecida para a saída do Reino Unido da União Europeia. Há um ano e meio que estas negociações se resumem a uma de três coisas: impasses motivados pelas circunstâncias políticas internas do Reino Unido,**

declarações de princípios do Reino Unido e da União que depois são arruinadas no combate político interno britânico ou simples bloqueio das negociações por posições políticas do governo de Londres, normalmente motivadas por sucessivas crises internas. Este clima está a impedir um acordo em tempo útil. Não nos podemos esquecer que qualquer acordo de saída e qualquer acordo para futuras relações tem de ser aprovado, assinado e ratificado tanto pelas autoridades britânicas como pelas instituições europeias. E tanto o Conselho Europeu como o Parlamento Europeu - sobretudo este - precisam de tempo para um debate sério e para decisões equilibradas que cheguem a tempo de salvar o mais importante: os direitos dos cidadãos europeus”.

Carlos Coelho acrescentou ainda que **“passado um ano e meio ainda não temos decisões sobre a fronteira entre as Ilhas, que é um assunto de primeira importância. E também não temos sobre matérias como as indicações geográficas protegidas, por exemplo. Isto apenas para dar dois exemplos do atraso em que se encontram estas negociações. Não bastam os compromissos de intensificar as negociações a partir daqui. É preciso agir em conformidade com essas declarações para evitar que, chegados a Março de 2019, a saída seja de tal forma abrupta que coloque em causa os direitos dos cidadãos europeus, a integridade do mercado único e uma relação bilateral entre UE e Reino Unido que, por todas as razões, tem de ser tão estreita quanto possível”.** 

Mais de 4,6 milhões de Euros para desempregados e jovens em Portugal

Parlamento Europeu dá luz verde a 4.655 milhões de euros para desempregados e jovens inativos em Portugal. Relatório do Eurodeputado, José Manuel Fernandes, aprovado em plenária por larga maioria.

O relatório do Eurodeputado **José Manuel Fernandes** para a atribuição de 4.655 milhões de euros de apoio para jovens inativos e para desempregados do setor têxtil em Portugal, ao abrigo do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG), foi aprovado pelos Deputados ao Parlamento Europeu, reunidos em plenário em Estrasburgo, com 575 votos a favor, 77 contra e 8 abstenções.

Os mais de 4,6 milhões de euros destinam-se a financiar ações que promovam a reintegração no mercado de trabalho de 730 pessoas despedidas de empresas de têxteis e 730 jovens que não trabalham, não estudam, nem integram qualquer formação (NEET), nas regiões do Norte, Centro e Lisboa.

Estão previstos serviços personalizados a prestar aos trabalhadores despedidos e aos jovens NEET ao nível da formação e também da promoção do empreendedorismo, estágios e formações profissionais, a par de planos de integração no mercado de trabalho. Está igualmente prevista uma bolsa para promover o trabalho por conta própria, juntamente com formação em empreendedorismo e a possibilidade de integrar o ninho de empresas apoiado pelo IEF. Os participantes no programa terão acesso a subsídios para cobrir despesas de formação, de deslocação e de refeição.

O Eurodeputado do PSD e coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos considera **"que este montante deve ter como destino os**



jovens e os desempregados e que não deve ser desviado para financiar despesas correntes que devem ser assumidas pelo Orçamento do Estado. A mobilização de 4,65 milhões de euros é uma prova concreta da solidariedade da UE. Este valor vai servir para melhorar o nível de qualificação e o desenvolvimento de competências das centenas de desempregados e de jovens inativos, respondendo assim às exigências e desafios do mercado de trabalho".

O Eurodeputado espera que **"o Governo esteja em condições de dar informações sobre a forma como este fundo será gerido e que a gestão seja feita de forma "transparente".**

O relatório chama ainda a atenção para a **importância do Fundo Social Europeu**, que deve ser usado na **melhoria das qualificações dos trabalhadores portugueses e na redução do desemprego jovem e de longa duração.**

A mobilização do FEG para Portugal surge na sequência do despedimento de 1.161 trabalhadores das empresas têxteis Ricon Group e Têxtil Gramax Internacional (abrangendo 609 pessoas na região Norte, 17 no Centro e 535 em Lisboa). Mais de 20% dos trabalhadores visados têm mais de 55 anos e 88% são mulheres.